

PARTE I – Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.^a – Identificação do procedimento

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas que regulam *a Aquisição de Serviços para aplicação de métodos de seleção em procedimentos de recrutamento de RH*”, de acordo com as especificações técnicas constantes no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a – Contrato

- 1 - O Contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
- 2 - O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo como disposto no artigo 99.º, do Código de Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a – Prestação do serviço

Os serviços objeto do presente contrato encontram-se descritos na parte II do Caderno de Encargos e iniciam com a sua assinatura sendo o período de vigência de 12 meses ou quando finda a aplicação dos métodos de seleção a todos os candidatos dos procedimentos concursais.

Cláusula 4.ª - Elementos que devem ser indicados na proposta

1 - A proposta deve mencionar expressamente que ao preço indicado acresce IVA à taxa legal em vigor e fazer-se acompanhar da declaração a que se refere o artigo 57.º, n.º 1, al. a) do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP.

Cláusula 5.ª - Objeto do dever de sigilo

1 – O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, à exceção dos técnicos intervenientes na aquisição de serviços, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Excluem-se do dever de sigilo previsto no número anterior a informação e documentação que sejam comprovadamente domínio público à data da respetiva obtenção das mesmas pelo adjudicatário ou o que este seja legalmente obrigado a revelar por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 – O Adjudicatário responde perante a Entidade Adjudicante pela violação do dever de sigilo e pela quebra da confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente Cláusula.

Cláusula 6.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 7.ª - Preço base

1 - O preço base, sendo o entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade do serviço do presente procedimento é de **14.000,00€ (catorze mil euros)**, ao qual acresce o IVA a taxa em vigor.

Cláusula 8.ª - Preço contratual

1 – Pelos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade contratante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes ao serviço.

Cláusula 9.ª - Condições de pagamento

1 - A quantia devida pela Entidade Adjudicante será paga da forma a seguir descrita, após a receção da respetiva fatura a processar após parecer favorável do gestor do contrato, a qual só será emitida após o vencimento da obrigação respetiva:

30% com a apresentação do plano de trabalhos para todos os procedimentos;

20% com o relatório da aplicação do método de seleção: Entrevista Profissional de Seleção do recrutamento de 38 assistentes operacionais – Auxiliares de Ação Educativa

30% com a da aplicação do método de seleção: avaliação psicológica/Entrevista Profissional de Seleção;

20% findo o prazo de audiência prévia após comunicação das Listas Unitárias de ordenação Final em todos os procedimentos.

2 - Das faturas deverá constar, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 8/2012, de 21/2, na sua redação atual, o número de compromisso, sob pena de devolução daquela e consequente não reconhecimento da obrigação.

Cláusula 10.ª - Caução

Não é exigível a prestação de caução.

Cláusula 11.ª - Penalidades Contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade contratante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade contratante pode exigir-lhe uma pena pecuniária a 20% do preço contratual.

b) Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade contratante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

c) A entidade contratante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

d) As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade contratante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.ª - Atraso nos pagamentos

1 - Em caso de atraso do primeiro outorgante no cumprimento das obrigações pecuniárias emergentes do presente contrato, tem o segundo outorgante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada pelo período correspondente à mora.

2 - A obrigação de pagamento de juros de mora vence-se imediatamente, sem necessidade de novo aviso, consoante o caso, uma vez vencida a obrigação pecuniária decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula 9.ª e sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 desta mesma cláusula.

Cláusula 13.ª - Incumprimento do contrato

1 - No caso do adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o contraente público notificá-lo-á dentro do prazo de 5 dias para efeitos de audiência prévia.

2 - Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo acima referido, o contraente público pode optar pela efetivação das prestações de natureza fungível em falta, ou por resolver o contrato em fundamento em incumprimento definitivo, nos termos do disposto no artº 333º do CCP.

Cláusula 14.ª - Obrigação da manutenção das propostas

O concorrente fica obrigado a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias úteis ou superior, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Cláusula 15.ª - Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos no número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos do adjudicatário, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratos;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou propagações se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª - Resolução por parte da entidade adjudicante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Município de Amarante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 17.ª - Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos nas alíneas do nº 1 do artigo 332º do CCP.

Cláusula 18.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal, Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª - Cessão de posição contratual

Não há lugar a cessão da posição contratual.

Cláusula 20.ª - Subcontratação

Não é permitida a possibilidade de subcontratação.

Cláusula 21.ª - Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468º do Código dos Contratos Públicos, sendo efetuadas através de correio eletrónico.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª - Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.ª - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas técnicas:

O prestador obriga-se à realização parcial dos procedimentos de seleção de candidatos a recrutar pelo Município de Amarante, nos termos seguintes:

- a) Procedimento para seleção de 38 assistentes operacionais – auxiliares de ação educativa: Prova de Conhecimentos (totalidade dos candidatos admitidos), Avaliação Psicológica ou Entrevista de Avaliação de Competências e Entrevista Profissional de Seleção (60 candidatos);
- b) Procedimento para seleção de 1 assistente técnico – Urbanismo: Avaliação Psicológica ou Entrevista de Avaliação de Competências a 20 candidatos;
- c) Procedimento para seleção de 1 assistente técnico – Design gráfico e conteúdos: Avaliação Psicológica ou Entrevista de Avaliação de Competências a 10 candidatos;
- d) Procedimento para seleção de 10 assistentes operacionais – jardineiros: Avaliação Psicológica ou Entrevista de Avaliação de Competências a 20 candidatos;
- e) Procedimento para seleção de 2 assistentes operacionais – arboricultores: Avaliação Psicológica ou Entrevista de Avaliação de Competências a 10 candidatos;
- f) Procedimento para seleção de 1 assistente operacional – canalizador: Avaliação Psicológica ou Entrevista de Avaliação de Competências a 5 candidatos;
- g) Procedimento para seleção 2 assistentes operacionais – condutores de máquinas pesadas e veículos especiais: Avaliação Psicológica ou Entrevista de Avaliação de Competências a 10 candidatos;
- h) Procedimento para seleção 11 assistentes operacionais – cantoneiros de limpeza: Avaliação Psicológica ou Entrevista de Avaliação de Competências a 20 candidatos;
- i) Procedimento para seleção de 2 assistentes operacionais - nadadores salvadores - Avaliação Psicológica ou Entrevista de Avaliação de Competências a 10 candidatos.

O prestador obriga-se a participar presencialmente aquando da aplicação de cada método de seleção que deva ser aplicado presencialmente e/ou por meio telemático nos métodos de seleção que não seja exigida a presença dos candidatos.

O prestador obriga-se a reunir com o júri sempre que por este solicitado com a devida antecedência, a fundamentar a avaliação dos candidatos, bem como a enviar os relatórios resultantes da aplicação de cada método de seleção, em formato apropriado à elaboração das listas de ordenação e notificações pertinentes, no âmbito da audiência prévia dos interessados, no prazo de 10 dias úteis após a aplicação do método de seleção a todos os candidatos.

Relativamente à aplicação dos métodos de seleção, o prestador deverá garantir o cumprimento do disposto na lei, especialmente, do disposto nos artigos 8.º e 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril

O Prestador deverá assessorar o Júri na resposta a eventuais pedidos de esclarecimento, reclamações ou outros pedidos formulados no âmbito da lei, no prazo de 5 dias úteis após solicitação.

A Entidade contratante reserva-se o direito de não adjudicar a presente prestação de serviços, na eventualidade de a entidade pública especializada a consultar, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, responda afirmativamente à disponibilidade para a realização dos procedimentos concursais.

Assinado com Assinatura Digital Qualificada
por: JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE
Município de Amarante
Presidente da Câmara Municipal
De acordo e para efeitos do disposto no Art.
34º e 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro
Data: 17-09-2020 14:30:57
globaltrustedsign.com